

Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional

Grupos por Área de Conhecimento

CIÊNCIAS HUMANAS

Coordenador: Prof Doutora Cristina Robalo Cordeiro

Dezembro de 2004

## **Parecer sobre a reestruturação dos cursos de Ciências Humanas à luz do processo de Bolonha:**

Cristina Robalo Cordeiro  
(Universidade de Coimbra)

Este documento define a duração dos graus académicos e as competências para os cursos de primeiro ciclo, cursos de formação complementar e cursos de segundo ciclo em Ciências Humanas, área que abrange as actuais Licenciaturas em Línguas e Literaturas Modernas e Clássicas, História (História da Arte, Arqueologia e outros afins), Geografia (Geografia Física e Estudos Ambientais, Geografia Humana e Planeamento Regional, Geografia Humana e Planeamento Urbano, Cartografia e SIG's) e Filosofia.

### **Introdução**

De todas as Faculdades que compõem uma Universidade, a Faculdade de Letras e Ciências Humanas é aquela cuja finalidade se define mais dificilmente. Para quê historiadores? Para quê linguistas? Para quê filósofos? Geógrafos? Latinistas? E porquê sobretudo, subsumir as suas disciplinas sob o conceito, ambíguo, de “letras e ciências humanas”? A instituição que acolhe e reúne estes diversos domínios de ensino e de investigação conheceu outrora tempos mais prósperos em que a justificação, perante a opinião pública, das suas actividades (e, por conseguinte, da boa utilização dos fundos públicos) não requeria grande esforço de argumentação.

Os enormes sucessos das ciências, a sua projecção tecnológica, a transformação da vida quotidiana, dos meios de comunicação e de difusão da informação são alguns, entre outros menos visíveis e talvez mais determinantes, dos factores da crise geral com que se debatem, desde há cerca de quarenta anos, as Faculdades de Letras. Já por volta de 1900, a noção de “humanidades” era objecto de uma contestação severa que conduziu à redução progressiva – até ao quase desaparecimento – do lugar do latim e do grego no liceu, e em seguida na universidade. Os ataques de que as línguas e culturas clássicas foram alvo em nome de uma vontade, por vezes cega, de “modernização” e de

“democratização” representaram os primeiros sinais de um mal-estar civilizacional que não atingiu talvez ainda o seu paroxismo.

A situação actual e o futuro próximo das nossas faculdades de letras e de ciências humanas não deixa de inspirar a quem nelas trabalha as mais vivas preocupações. Desde há algumas décadas que vimos assistindo a uma sensível rarefacção, por parte dos estudantes, de indivíduos preparados (pelo secundário) com uma base suficiente de conhecimentos. Encontramo-nos hoje perante uma ameaça nova: a deserção das nossas escolas por estudantes desencorajados pelas sombrias perspectivas de desemprego a que muitas das formações que lhes propomos parecem condená-los. Mas, se é legítimo falar de uma séria crise de identidade e de afirmação social das ciências humanas, cujas incidências são tanto de ordem simbólica como de ordem cultural e económica, não devemos limitar o seu diagnóstico e a sua profilaxia ao problema específico da quebra demográfica e da diminuição da procura de formação superior nas áreas em análise, sendo urgente que tomemos igualmente consciência do esgotamento dos modelos de ensino e decorrente arquitectura curricular por que nos regemos nas últimas duas a três décadas.

A constituição de um espaço europeu de ensino superior e de convenções como a de Bolonha coincidem, curiosamente, com esta fase de profunda inquietação atravessada pelas faculdades de letras e de ciências humanas. Curiosamente ou providencialmente? O auto-questionamento provocado por este vasto processo de harmonização – ou, melhor, de sintonização – não pode ser senão salutar: chegou o momento de olhar e considerar em conjunto, à escala europeia, o lugar que queremos conceder, no ensino superior do futuro, às letras e às ciências humanas. Trata-se de um acto indispensável de legitimação, para não dizer de refundação. As universidades europeias tornaram-se mais solidárias do que concorrentes e as faculdades de letras, no quadro europeu, vêem-se reforçadas na sua vocação “diferencial”.

A noção de “cultura geral” representou durante muito tempo – e representa ainda para muitos – o núcleo em torno do qual se organizam e gravitam os diversos saberes ensinados numa faculdade de letras. E se a compreensão e a extensão de um tal conceito não podem hoje já pretender obter consenso, é certo que a aspiração à unidade (e à comunicabilidade) permanece um ideal racional ou, dito de outra forma, o ideal da razão. A velha fórmula “Nada do que é humano me é estranho” conserva todo o seu vigor normativo. Mais ainda, ela é a própria expressão do idealismo europeu. Seria

paradoxal que a esquecêssemos num momento em que a Europa procura (re)desenhar o seu futuro universitário comum. Só esta vontade de universalidade permitirá evitar que os saberes se constituam em guetos culturais e que a abertura à diversidade não se transforme numa babel do conhecimento. Coloquemos então como postulado que uma faculdade de letras e de ciências humanas é um lugar onde gradualmente tomamos consciência da riqueza da dialéctica do diverso e do universal, dois termos inseparáveis desta tensão. Sem uma tal base idealista, a instituição perde o sentido “metafísico” que faz a sua unidade.

Num mundo dominado pelo poder das linguagens, dos signos, dos códigos, das técnicas de informação, ou, por outras palavras e para retomarmos a imagem de Michel Serres, pelo deus Hermes (que sucede a Prometeu, o herói da revolução industrial), uma faculdade de letras e de ciências humanas parece não precisar de justificar a sua existência em nome de uma transcendência sempre contestável – ainda que seja a do próprio Espírito humano. O estudo científico e o domínio das línguas - área do saber que a nossa sociedade cada vez mais valoriza e de que cada vez mais necessita - e das técnicas do discurso constitui uma das funções maiores do ensino linguístico e literário. A profunda renovação, desde o estruturalismo, de antigas disciplinas como a retórica e a poética, assim como a emergência da semiologia, atestam de forma demonstrativa a facilidade com a qual os estudos literários souberam, nos últimos vinte anos, adaptar-se à modernidade. A capacidade de interpretar, de analisar, de argumentar exige, para se desenvolver, um treino metódico para o qual uma faculdade de letras tem especial vocação, na exacta medida em que “saber ler e escrever” – em toda a extensão do sentido – representa o alfa e o ómega do ensino literário. É sem dúvida desejável um esforço com vista a tornar este ensino, tantas vezes centrado no estudo teórico dos “discursos”, mais prático e mais aplicado. Mudar de paradigma, passando, como pretende a Declaração de Bolonha, do ensino à aprendizagem, implica não apenas uma espécie de revolução (“copérnica”) de ponto de vista mas também uma outra distribuição dos meios e dos recursos humanos: a prática efectiva e sistemática de um regime de tutoria pode ser uma das condições de sucesso desta reforma radical.

Numa Europa rica de diversidade cultural, incumbe prioritariamente às faculdades de letras e de ciências humanas aprofundar e transmitir o conhecimento do país, da sua geografia, da sua história, da(s) sua(s) língua(s), do seu pensamento, da sua literatura e

da sua arte. De facto, ao contrário do que pode parecer, o processo de globalização socioeconómica que assinala o nosso tempo não só não colide com a percepção e o estudo das identidades nacionais como aconselha ao reforço da sua análise, numa base que há-de ser simultaneamente de diferenciação e de abrangência. E esta é, sem dúvida, uma decisão política: como imaginar um país que renuncia a si mesmo e abandona as suas tradições identitárias (sendo a língua nacional a mais preciosa de todas)? Se Portugal quer preservar o seu ser como nação e como cultura, é preciso encorajar nas escolas e, de forma privilegiada, nas faculdades de letras, o estudo da língua materna e da própria civilização que a funda. Se queremos que Portugal exista – enquanto tal – numa Europa unida e próspera, é necessário que os nossos estudantes tenham consciência - graças ao estudo da história, da geografia, da literatura e da língua - da sua pertença a uma colectividade nacional. A energia criadora de que precisamos (para o nosso progresso científico e económico) tem de buscar raízes numa consciência renovada da língua e da cultura portuguesas, no contacto com as outras línguas e as outras culturas europeias. Sendo a pós-modernidade também a ideologia da diferença (cultural), é cada vez mais necessário conhecer o que nos identifica e nos distingue: e como sabê-lo sem a história, a geografia, sem o património linguístico, literário e cultural que funda a memória que colectivamente partilhamos? Na hora de uma Europa unificada, a identidade faz-se de forma relacional e comparatista, por um dinamismo criador que rejeita o saber esclerosado e separado da sociedade, pois, como observava Miguel Baptista Pereira, em 1983, “as Faculdades de Ciências Humanas, longe de se extinguirem na *reprodução* dos modelos culturais do passado, têm de intervir positivamente na produção presente da cultura”.

E não é também verdade que, no discurso da globalização, se costuma afirmar que os requisitos da plena cidadania passam pelo domínio da informática, da produção e recepção de textos e das línguas estrangeiras, os dois últimos adquiridos nas faculdades de letras?

Assim, à necessidade de lembrar o valor do ensino das letras e das ciências humanas se acrescenta a oportunidade de relembrar o interesse (prático e estratégico) deste ensino num mundo – e numa Europa – que tem de acreditar que não é o económico que determina o cultural, mas sempre e só o desenvolvimento cultural que permite o crescimento económico e tecnológico.

## **Estrutura e duração dos ciclos de formação**

### **Perfis e competências de formação**

A Universidade não é uma escola profissional e as suas licenciaturas e mestrados não ministram uma formação de base a que “correspondam necessariamente capacidades de exercício profissional.” Responder à sua função social, procurando facilitar a entrada dos jovens na vida activa, ajudando-os a criar as competências necessárias para um futuro desempenho profissional, não significa conferir “capacidades de exercício profissional” *tout court*, na convicção (errada) de que, no domínio das ciências humanas, existem (apenas ou maioritariamente) profissões estabilizadas.

É, pois, necessário, distinguir empregabilidade de profissionalização. O documento inicial de Bolonha fala de relevância para o mercado de trabalho europeu – “The degree awarded after the first cycle shall also be relevant to the european labour market as an appropriate level of qualification” - e não de (preparação para) saídas profissionais. Assim, num sentido prospectivo e de antecipação de novos desafios e de novos contornos culturais e sociais, é importante que as Faculdades de Letras e de Ciências Humanas se abram a novas frentes de estudo, investigação e leccionação.

A diversidade e complexidade das áreas cobertas pelas Ciências Humanas e a ausência do seu enquadramento por associações profissionais de onde emanem directivas concretas tornam difícil a definição clara de perfis de formação (de que a sociedade necessita nas respectivas áreas científicas) e de competências gerais e académicas, associadas aos perfis identificados. No entanto, embora não claramente explicitadas, as competências genéricas e específicas estão interiorizadas pelas várias áreas – geografia, história, filosofia, línguas e literaturas modernas e clássicas - e constam quer dos documentos preparatórios de recentes reestruturações curriculares ocorridas nas universidades portuguesas, quer dos relatórios de auto-avaliação de todos os cursos das referidas áreas do saber.

Visando dar coerência ao ensino superior no espaço europeu e contribuir, no interesse estratégico da cooperação europeia, para o aumento da mobilidade de estudantes e professores, para o estabelecimento de uma política de equivalência e reconhecimento de diplomas e de graus e para a concretização de parcerias de formação

conjunta (duplos diplomas, mestrados europeus), o *Processo de Bolonha* reclama relevantes mudanças no sistema formativo e educativo no sentido de uma maior transparência e legibilidade das estruturas de formação oferecidas pelas Faculdades de Letras e Ciências Humanas, em Portugal. À semelhança do modelo maioritariamente adoptado no sistema de ensino superior europeu, e tendo em conta não apenas a adequação às condicionantes do mundo contemporâneo, voltado para uma formação polivalente e interdisciplinar, mas também a necessidade de privilegiar a inovação e a flexibilidade, respeitando as exigências de qualidade, propõe-se a adopção de um sistema de graus com:

1º ciclo – (Grau de Bacharel) - 6 semestres (mín. 180 ECTS), equivale a *Bachelor*

2º ciclo – Grau de Mestre - 4 semestres (mín. 120 ECTS), equivale ao *Master*

3º ciclo – Grau de Doutor - 6 a 8 semestres (mín. 180 ECTS), equivale ao *Doctor*

Refira-se que a designação de Bacharel não tem obtido consenso, nomeadamente pelo insucesso do grau de bacharel, que já existiu, pelo eventual descrédito a que pode remeter a nova estrutura de graus, levando a considerar a formação de 1º ciclo como uma formação incompleta, e pela forma como deve relacionar-se com o grau atribuído pelo ensino superior não universitário. A questão do reconhecimento do grau de bacharel pelo mercado de trabalho deve igualmente ser tida em conta. Acresce que a designação de bacharel para o primeiro grau (de três anos) de formação não poderá, de forma alguma, circunscrever-se ao domínio das ciências humanas, devendo antes ser generalizada.

A adoptar-se a designação de bacharel, sugere-se que as instituições possam dar o título (ou diploma) de Licenciado a bacharéis que completam um programa de (pelo menos) 1 ano (60 ECTS) de complemento de formação com uma intenção de inserção na vida activa: trata-se de aumentar a duração do 1º ciclo através da criação de cursos complementares (ou de especialização) de feição profissionalizante.

Em suma, propõe-se um primeiro ciclo de 3 anos, que oferece uma formação geral com relevância profissional mas que não fornece as competências específicas para o exercício de profissões concretas, cursos complementares de 1 ano, próximos das necessidades concretas do mercado de trabalho e focados na especialização, aplicação e desenvolvimento em contexto profissional das capacidades adquiridas em primeiro ciclo e finalmente programas de segundo ciclo de dois anos que fornecem competências profissionais plenas integrando capacidade elevada de autonomia, responsabilidade, planeamento e desenvolvimento.

### **Objectivos e competências genéricas para o primeiro ciclo:**

O primeiro ciclo deve conferir uma formação de banda larga em grandes áreas científicas de formação, sendo desejável que possua designações que correspondam a essa realidade (bacharel em Letras, acompanhado da menção da área disciplinar). O seu perfil formativo flexível permitirá: 1) uma primeira saída para o mercado de trabalho, para o exercício das mais variadas tarefas que exigem hoje mais formação superior para um maior número de indivíduos; 2) a profissionalização (“licenciatura”) na área principal de formação do primeiro ciclo; 3) a continuação de estudos com vista a um mestrado e, eventualmente, a um doutoramento.

Este primeiro ciclo – onde deveria ser possível a criação de um *curriculum* mínimo que, respeitando embora a autonomia e a liberdade de cada escola, apresentasse um conjunto suficientemente alargado de áreas comuns - deverá fornecer ao estudante conhecimentos sólidos nas áreas básicas da sua disciplina e formação em áreas científicas afins indispensáveis à sua compreensão.

Um graduado com o primeiro ciclo no domínio das Ciências Humanas possuirá um conjunto de competências - qualidade de expressão oral e escrita, capacidade de análise e síntese, capacidade de lidar com informação complexa e contraditória, familiaridade com novas tecnologias, planeamento e gestão de projectos, espírito de iniciativa e capacidade de trabalhar em grupo – susceptíveis de lhe fornecer uma relevância profissional num conjunto variado de contextos.

O objectivo deste primeiro ciclo não é preparar para o exercício concreto de profissões específicas, mas antes potenciar a aplicação alargada de um conjunto de competências de valor social, identificadas no perfil do graduado de primeiro ciclo. Esse perfil, possuindo uma clara especificidade decorrente da área de saber de onde emerge, e definindo competências de fácil compreensão e valorização por entidades empregadoras, não delimita um leque determinado de profissões individualizadas que necessitarão de formação adicional especializada.

A duração do primeiro ciclo deve ser de três anos correspondendo a 180 ECTS.

### **Objectivos e competências genéricas para o segundo ciclo:**

O segundo ciclo deverá ser desenhado com maior independência do primeiro ciclo, numa área mais específica de formação, e não necessariamente como sequência



lógica do primeiro. Terá um perfil de formação avançada incluindo a iniciação à investigação e capacidade de construção de conhecimento a nível internacional. Seria aliás desejável que a internacionalização do segundo ciclo constituísse uma componente necessária da formação oferecida ao estudante, a exemplo do que acontece em outros países europeus que inscrevem a exigência de um número determinado de créditos a obter em programas internacionais certificados e reconhecidos pela sua universidade. O segundo ciclo só deverá existir em ambiente de investigação, sendo pois reservado a um número (a determinar) de instituições, segundo avaliação de qualidade. Haverá que definir de forma criteriosa competências para acesso a este segundo ciclo.

A definição dos cursos de segundo ciclo deve individualizar competências relevantes na respectiva área de especialização - conhecimentos especializados que aprofundam ou alargam os adquiridos no primeiro ciclo, conhecimentos oriundos de outras áreas e que fornecem um perfil profissional específico ou o domínio acrescido de uma questão científica, quando integrados aos conhecimentos disciplinares, competências de execução, planificação, organização e gestão de informação complexa e contraditória, adquiridos na realização de um trabalho significativo como uma tese ou um projecto, competências genéricas adicionais.

Um graduado de segundo ciclo é capaz de criar, planificar, gerir e executar tarefas complexas, com elevado grau de responsabilidade e autonomia.

A duração total dos programas de segundo ciclo é de 2 anos correspondendo a 120 ECTS.

### **Objectivos e competências genéricas para os cursos de formação complementar:**

Os cursos de formação complementar, cuja duração seria de um ano ou 60 ECTS, completam o primeiro ciclo com competências especializadas e aplicacionais que permitem a inserção em profissões específicas. A articulação entre estes cursos e os programas de segundo ciclo deverá ser equacionada, assim permitindo (ou não) a progressão directa entre o curso de formação complementar e o segundo ano do segundo ciclo. A ponderação sobre a existência de uma correspondência horizontal entre este 4º ano complementar e o 1º ano de formação avançada (2º ciclo) deve ser objecto de uma reflexão cuidada, sendo porventura desejável que exista uma distinção substantiva e formalmente reconhecida, por forma a evitar que o segundo ciclo se confunda com as várias vias profissionalizantes que será igualmente conveniente

oferecer.

A especificação destes cursos deve individualizar as competências específicas e genéricas relevantes na respectiva área de especialização e que em conjunto produzem um perfil específico para o exercício profissional. Quatro tipos de competências devem ser detalhadas: conhecimentos especializados que aprofundam ou alargam os conhecimentos adquiridos no primeiro ciclo, conhecimentos catalizadores, oriundos de áreas exteriores às Ciências Humanas, e que fornecem um perfil profissional específico quando integrados com os conhecimentos disciplinares, competências práticas adquiridas pelo exercício de tarefas ou projectos de média complexidade, competências genéricas adicionais.

Distinguimos a formação de nível complementar, pós primeiro ciclo, da formação de segundo ciclo por esta última fornecer um grau mais elevado de especialização, competências genéricas avançadas associadas a tarefas de alto nível no âmbito da investigação, gestão e exercício de responsabilidade profissional, e pelas já referidas exigências de internacionalização. Caberá aos cursos de formação complementar e aos cursos de segundo ciclo fornecer competências adicionais que se centram na especialização, aplicação, disseminação e desenvolvimento dos conhecimentos e competências próprios das Ciências Humanas, permitindo o exercício profissional concreto. Como a formação de primeiro ciclo, pelo seu carácter fundamental, tenderá a ser pouco diferenciada, as formações complementares e de segundo ciclo deverão ser diferenciadoras, adaptando-se conjuntamente quer às solicitações sociais, quer à oferta de formação especializada nacional e internacional.

O doutoramento não sofre alteração de conceito, devendo ser criados incentivos à consolidação de programas doutorais estruturados, com um primeiro ano escolar. Destina-se este terceiro ciclo a mestres que demonstrem capacidade para o exercício profissional de investigação de nível internacional ou de profissões com um conteúdo científico elevado.

O modelo 3+2, convidando a uma reorganização do catálogo de oferta do primeiro ciclo, permite ao estudante ajustar o seu percurso formativo, adiando a sua opção final de formação longa. A mobilidade inter-ciclos, nacional e internacional e a abertura a perfis educativos que combinam áreas diferentes no 1º e 2º ciclos constituem

igualmente vantagens do modelo proposto. O incremento da mobilidade de estudantes entre os dois ciclos, entre instituições, áreas de saber e países, criará um conjunto complexo de trajectos possíveis que exigirão à área das Ciências Humanas uma grande capacidade de adaptação e reconfiguração da sua oferta, devendo multiplicar combinações com outras disciplinas, quer dentro das humanidades e ciências sociais, quer com áreas tradicionalmente mais distantes como a Gestão, Sociologia, Antropologia, Tecnologias de Informação e Comunicações, Relações Internacionais, Direito e Arquitectura. Uma outra importante virtualidade do sistema 3+2 reside na densidade da formação pós-graduada, sendo essencial promover, ao nível do segundo ciclo, competências genéricas de alto nível, sobretudo as que incidem nas capacidades de inovar, gerir processos complexos, integrar e liderar equipas pluri-disciplinares e promover culturas de qualidade.

### **Recomendações:**

É problemático que a designação a adoptar para o 1º ciclo seja a de *Licenciado*: defendemos que o novo 1º grau não deve ser uma adaptação do grau actualmente existente, que assim sofreria um emagrecimento que todos recusamos – aqui reside aliás grande parte da contestação levada a cabo por muitos professores da área das ciências humanas e por muitos reitores das nossas universidades. De igual modo, o primeiro ciclo não deve ser entendido em termos de profissionalização precoce, risco que pode advir, em grande parte, da adopção da designação de *Licenciado*. Também não deverá reservar-se esta designação para o 2º ciclo, de 5 anos, até porque, actualmente, muitas licenciaturas se obtêm ao fim de uma formação de 4 anos.

A designação de *Licenciado* (título ou diploma) poderá ser conferida nos casos em que se verifique serem necessários quatro anos de formação para obtenção das competências necessárias ao exercício de uma profissão, através de um curso complementar à formação de primeiro ciclo. Este título ou diploma seria assim conferido a bacharéis que completem um programa de (pelo menos) um ano (60 ECTS) de complemento de formação com uma intenção de inserção imediata na vida activa, sendo assim interpretado pelo seu significado original de “autorização académica para o exercício de uma actividade”, como um pré-requisito a ser avaliado pelo empregador ou pelo órgão regulador da profissão.

A formação de professores das áreas científicas para o ensino básico e secundário deverá assumir o lugar de um segundo ciclo, isto é, deverá perfazer 300 ECTS, equivalente a uma formação de 3+2.

A entrada em vigor das novas estruturas de formação não deve ser condicionada – e muito menos prejudicada – por pressupostos de natureza económica, alheios à dimensão estritamente pedagógica e científica que a deveria conduzir e fundamentar. Assim, e tendo em conta as dificuldades colocadas por uma clara definição dos conceitos de relevância profissional e de empregabilidade, em áreas do saber não reguladas por ordens profissionais ou por directivas comunitárias como são as das Ciências Humanas, é legítimo insistir vivamente na necessidade absoluta de um financiamento público integral dos dois primeiros ciclos de formação, para garantir as condições de funcionamento no respeito cabal pela qualidade de ensino e de investigação, tal como acontece aliás em outros países europeus.

Reconhecendo-se embora a necessidade de clarificar a actual situação na área das ciências humanas, racionalizando a oferta de cursos no ensino superior português, não parece possível definir aqui um catálogo de cursos, como também não pareceu viável definir, nas áreas em questão, perfis profissionais e competências gerais ou específicas. Também aqui, poderão estas funções ser transferidas para um organismo de acreditação inicial dos cursos, suas designações, objectivos e organização, ou para comissões académicas a funcionar no âmbito do MCIES, que deverão saber garantir:

- Transparência da designação (para o candidato, as famílias, o empregador e a sociedade), facilitando assim, especialmente no primeiro ciclo, a escolha do estudante
- Definição clara (e harmonizada para todo o sistema de ensino superior) dos objectivos do curso e das competências que ele confere
- Indicação das expectativas de empregabilidade dos graduados com o primeiro ciclo e das áreas de estudo para as quais poderão eventualmente orientar a sua formação avançada
- Verificação da existência dos meios e das condições de funcionamento dos cursos (corpo docente, recursos bibliográficos e materiais, ambiente científico)

Para autorização de funcionamento de cursos de segundo e de terceiro ciclos será assegurada a existência prévia de uma actividade de investigação reconhecida que permita esperar um ambiente educativo de padrões internacionais.

## ANEXO

### Ciências Históricas

#### Sumário

Este documento define a duração, perfis e competências dos cursos de primeiro ciclo, cursos de formação complementar e cursos de segundo ciclo em Ciências Históricas, área que abrange os cursos actuais de História, História da Arte, Arqueologia e disciplinas relacionadas com a Herança Cultural.

No quadro das orientações emanadas do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, definimos:

- um primeiro ciclo de 3 anos, que fornece uma formação geral com relevância profissional mas sem as competências específicas para o exercício de profissões concretas;
- cursos complementares de 1 ano, próximos das necessidades concretas do mercado de trabalho e focados na especialização, aplicação e desenvolvimento, em contexto profissional, das capacidades adquiridas em primeiro ciclo;
- programas de segundo ciclo de dois anos que fornecem competências profissionais plenas integrando capacidade elevada de autonomia, responsabilidade, planeamento e desenvolvimento.

Para cada um destes níveis são definidos perfis legíveis para as entidades empregadoras e as competências respectivas que os planos curriculares devem contemplar.

A elaboração deste documento utiliza os resultados do projecto *Tuning Educational Structures in Europe* para a área de História, nomeadamente no que toca à utilização de combinações de competências específicas e genéricas convergindo em perfis relevantes para um leque variado de situações profissionais. Esta proposta resulta de uma reflexão alargada que envolveu membros de diversas instituições universitárias ligadas à área<sup>1</sup>. O documento está organizado do seguinte modo.

1. *Definição e missão das Ciências Históricas*: define o que se entende por

---

<sup>1</sup> Contribuíram para a elaboração deste documento: Ana Bettencourt, Isabel dos Guimarães Sá e José Meireles, Directores dos *Cursos de História, Ensino de História e Arqueologia*, respectivamente, da *Universidade do Minho*; António Barros Cardoso, *Departamento de História da Faculdade Letras da Universidade do Porto*; Fátima Nunes, Hermínia Vilar e Filomena Barros, representantes da Direcção do *Departamento de História da Universidade de Évora*; Francisco Caramelo, *Universidade Nova de Lisboa*; Hermenegildo Fernandes, pela Comissão Executiva do *Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*; João Paulo Oliveira e Costa, presidente da Comissão Científica do *Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa*; José Vicente Serrão, *Departamento de História do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa*; Manuela Martins e José Viriato Capela, Representantes dos *Grupos Disciplinares de Arqueologia e História, da Universidade do Minho*; Maria Augusta Lima Cruz, Conceição Falcão e Francisco Azevedo Mendes, *pela Direcção do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho*; Mário Viana, *Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores*; Mário Barroca, *Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade Letras da Universidade do Porto*.

Ciências Históricas e qual a sua missão dentro do sistema de ensino superior.

2. *Definição geral dos níveis de formação*: descreve a especificidade do primeiro e do segundo ciclo e a forma como se articulam com os cursos de formação complementares, detalhando os objectivos gerais e a especificidade dos diferentes níveis.

3. *Primeiro ciclo, perfis e competências*: define o perfil (relevância profissional) e as competências (conhecimentos e capacidades adquiridas no curso) para o primeiro ciclo.

4. *Cursos complementares: perfil genérico e competências tipo*: define o perfil genérico e competências tipo para os cursos complementares.

5. *Segundo ciclo, perfil genérico e competências tipo*: define o perfil genérico e competências tipo para os cursos de segundo ciclo.

6. *Áreas de especialização para os cursos complementares e de segundo ciclo*: exemplifica áreas de especialização/profissionalização para os cursos complementares e de segundo ciclo.

7. *Recomendações*: considerações gerais sobre o desenvolvimento e implementação do quadro geral aqui descrito.

## **1. Definição e missão das Ciências Históricas**

É hoje inquestionável que as principais competências genéricas adquiridas por uma formação superior em Ciências Históricas – i.e., o conhecimento e a compreensão crítica do passado, o domínio do conceito de tempo, e uma particular sensibilidade à noção de mudança – são elementos essenciais para a realização plena dos indivíduos, o exercício da cidadania, a aceitação da multiculturalidade e o desenvolvimento sustentado da sociedade.

Denominamos por Ciências Históricas o conjunto de disciplinas que se dedicam ao estudo do passado e suportam formação de nível superior em áreas interligadas, como a História, História da Arte, Arqueologia e outras disciplinas relacionadas a Herança Cultural. Neste relatório abordamos estas disciplinas articuladamente, definindo perfis e competências comuns, assim como as especificidades de cada ramo.

O presente documento subescreve e detalha os princípios gerais definidos no parecer sobre Humanidades, da professora Cristina Robalo Cordeiro.

Cabe ao sistema de Ensino Superior promover o desenvolvimento desta área de saber, respondendo a uma necessidade social profunda, inquestionável e perene, que se manifesta de formas múltiplas e, por vezes, inesperadas, no mundo complexo dos dias de hoje.

O desafio que se coloca às instituições é o de responderem a uma dupla solicitação: fornecerem o saber essencial e as competências fundamentais e, ao mesmo tempo, adaptarem-se às formas variadas, conjunturais e, por vezes, limitadas, como o mercado de trabalho traduz, ou não, a necessidade social de conhecimento do passado.

## **2. Definição geral dos níveis de formação**

### *2.1. Objectivos gerais para o primeiro ciclo.*

Um graduado com o primeiro ciclo na área das Ciências Históricas possuirá um conjunto de competências específicas e genéricas que lhe fornecem uma relevância profissional concretizável num conjunto variado de contextos.

No entanto, o objectivo principal do primeiro ciclo na área de Ciências Históricas não é o de preparar para o exercício concreto de profissões específicas, mas antes o de potenciar a aplicação alargada de um conjunto de competências de elevado valor social e que são identificadas no perfil do graduado de primeiro ciclo abaixo definido.

O perfil de primeiro ciclo tem uma clara especificidade decorrente da área de saber de onde emerge, define competências de fácil compreensão e valorização por entidades empregadoras, mas não delimita um leque determinado de profissões individualizadas que necessitarão de formação adicional especializada.

A formação de primeiro ciclo deve dirigir-se para as competências específicas de carácter fundamental e para as competências genéricas que as potenciam de forma integrada, no reconhecimento que, nesta área, a eficaz promoção de competências e conhecimentos específicos desenvolve competências genéricas de alto valor social.

No quadro das orientações emanadas do MCIES, a duração do primeiro será de três anos ou 180 ECTS.

### *2.2. Objectivos para a formação complementar e de segundo ciclo.*

Caberá aos  *cursos de formação complementar* e aos  *cursos de segundo ciclo* fornecer competências específicas e genéricas adicionais que se centram na especialização, aplicação, disseminação e desenvolvimento dos conhecimentos e competências próprios das Ciências Históricas, com vista ao exercício de profissões concretas.

Como a formação de primeiro ciclo, pelo seu carácter fundamental, tenderá a ser pouco diferenciada, as formações complementares e de segundo ciclo tenderão a diferenciar-se e a adaptar-se, conjuntamente, quer às solicitações sociais, quer à oferta e procura de formação especializada nacional e internacional.

A mobilidade de estudantes tenderá a aumentar não só entre instituições e países, como também entre áreas de saber. Este desenvolvimento criará um conjunto complexo de trajectos possíveis que exigirão, também, às Ciências Históricas, uma elevada capacidade de adaptação e reconfiguração da sua oferta, devendo multiplicar combinações com outras disciplinas, quer dentro das Humanidades e Ciências Sociais, quer com áreas tradicionalmente mais distantes como a Gestão, Tecnologias de Informação e Comunicações, Direito, Arquitectura, entre outras. É igualmente essencial, ao nível do segundo ciclo, promover competências genéricas de alto nível, em especial as que são relevantes para as capacidades de inovar, gerir processos complexos, integrar e liderar equipas pluri-disciplinares e promover culturas de qualidade.



Nestes termos, atribuímos especial relevância à criação de *cursos de formação complementar* que completem o primeiro ciclo com as competências especializadas e aplicacionais que permitem a inserção em profissões específicas. Definimos abaixo um perfil genérico para esses cursos e elencos profissões exemplificativas. A duração dos cursos complementares seria de um ano ou 60 ECTS.

A articulação entre estes cursos e os programas de segundo ciclo deve ser promovida, permitindo a progressão directa entre o curso de formação complementar e o segundo ano do segundo ciclo.

A formação plena de segundo ciclo (2 anos), por seu turno, visa fornecer um grau mais elevado de especialização e competências genéricas avançadas, necessárias a tarefas de elevado nível no âmbito da investigação, gestão e exercício de responsabilidade profissional.

Um graduado de segundo ciclo deverá ser capaz de criar, planificar, gerir e executar tarefas complexas, com elevado grau de responsabilidade e autonomia. Definimos igualmente um perfil genérico para a formação de segundo ciclo e exemplos de objectivos de formação para esse nível. A duração total dos programas de segundo ciclo é de dois anos, 120 ECTS, podendo 60 ECTS corresponderem a créditos provenientes de um curso de formação complementar.

Dentro deste quadro geral a formação de professores, na área das Ciências Históricas, deve ter lugar dentro de programas de segundo ciclo, uma vez que o exercício da profissão docente se enquadra integralmente no perfil genérico aqui definido para esse nível, sem necessidade de diferenciar de forma significativa, no primeiro ciclo, a formação facultada aos que desejam seguir essa carreira.

Consideramos que o 3º ciclo, conducente ao grau de doutor, deve manter o seu significado actual, sendo de incentivar a consolidação de programas doutorais estruturados, que incluam cursos formais iniciais.

### **3. Primeiro ciclo, perfis e competências**

#### **3.1. Perfil do graduado de primeiro ciclo em Ciências Históricas.**

Um graduado de primeiro ciclo na área de Ciências Históricas (História, História da Arte, Arqueologia e outras disciplinas relacionadas com a Herança Cultural) possui as seguintes capacidades socialmente relevantes:

1. Elevada compreensão crítica do presente, sustentada numa informação abrangente sobre o passado, incluindo a capacidade para distinguir entre fenómenos episódicos, tendências sustentadas no tempo e processos de mudança.
2. Compreensão e respeito pela diversidade humana, quer nas suas manifestações históricas, quer na realidade actual.
3. Elevada consciência crítica da identidade e especificidade das comunidades a que pertence, ligada ao exercício da cidadania informada e da tolerância.
4. Sensibilidade particular à preservação da herança patrimonial, quer material, quer imaterial, compreendendo os seus aspectos culturais, sociais e técnicos.
5. Capacidade de pesquisar, analisar, utilizar e comunicar criticamente a informação produzida pelas comunidades ao longo do tempo. Dentro desta capacidade geral os graduados podem, ainda, consoante configurações curriculares concretas, desenvolver em maior grau conjuntos de competências adicionais, designadamente:
  - a. Informação abrangente sobre o passado, incluindo capacidade de situar no tempo e avaliar a importância histórica de acontecimentos, personalidades e comunidades; conhecimentos genéricos sobre as fontes disponíveis e capacidade de participar activamente na resolução de problemas ou aprofundamento de questões de dimensão histórica, num leque muito variado de contextos temporais e espaciais.
  - b. Informação abrangente sobre as realizações artísticas da humanidade, incluindo capacidade de situar no tempo e distinguir a importância de obras, criadores e correntes estéticas; capacidade de participar em actividades de animação, inventariação e disseminação centradas no património artístico-cultural
  - c. Informação abrangente sobre os contextos arqueológicos relacionados com as diferentes etapas sócio-culturais do processo histórico, assim como das principais teorias, problemáticas e fontes de informação em Arqueologia; conhecimento genérico sobre a metodologia específica da disciplina arqueológica, nas suas diferentes etapas (prospecção, escavação, tratamento e análise de informação arqueológica) e da legislação nacional, das convenções internacionais e do enquadramento estatal a nível patrimonial
  - d. Informação abrangente sobre os vários tipos de património, incluindo a capacidade de situar e compreender cada exemplar ou conjunto de exemplares nos variados contextos de produção (geográfico, ambiental, técnico, cultural, económico, social e institucional); capacidade de realizar trabalhos de dinamização cultural, levantamento e estudo do património.
6. Capacidade de pesquisar, comparar e analisar criticamente informação, incluindo informação complexa e contraditória.
7. Organização, clareza e fluência de expressão oral e escrita.

### **3.2. Competências de primeiro ciclo**

#### **3.2.1. Competências específicas.**

*A realização do perfil acima implica o desenvolvimento das seguintes competências específicas e genéricas, totalizando 180 ECTS. Definem-se 6 grandes grupos de competências, exemplificando, em alguns casos, subdivisões que podem ser objecto de maior desenvolvimento num curriculum particular.*

#### **1. Conhecimento abrangente sobre o passado humano**

- a. Conhecimento das diversas culturas e civilizações, e sobre a História de Portugal em particular, não só a nível factual mas também no plano dos nexos causais e interdependência dos vários níveis de evolução histórica.
- b. Conhecimento das realizações artísticas da Humanidade no tempo, sobre a História da Arte Europeia e a História da Arte Portuguesa em particular, incluindo noções sobre o contexto social alargado da criação artística e dos quadros mentais que a determinam.
- c. Conhecimento das formas de construção dos territórios no espaço e no tempo, nomeadamente no que concerne aos locais de ocupação, de extracção, de transformação e de simbolização de um território e sobre o contexto social subjacente.
- d. Conhecimento dos vários tipos de património, incluindo a capacidade de situar e compreender cada exemplar ou conjunto de exemplares em diversos contextos.

#### **2. Capacidade de pensar teoricamente os processos históricos**

- a. Contacto com as grandes teorias ou filosofias da História.
- b. Conhecimento crítico das principais teorias e correntes em História e Crítica de Arte.
- c. Conhecimento crítico das principais teorias, correntes e problemáticas em Arqueologia.
- d. Familiaridade com os sistemas mentais, culturais e tecnológicos relevantes na compreensão e contextualização do património.

#### **3. Horizontes interdisciplinares, obtidos por contacto com teorias, metodologias e problemáticas de outras áreas científicas.**

#### **4. Domínio dos materiais e técnicas utilizados para o conhecimento do passado**

- a. Competências necessárias ao manuseamento, localização e compreensão de fontes históricas variadas.
- b. capacidade de inventariação, classificação e conservação do Património; organização e gestão de colecções museológicas.
- c. Conhecimento das técnicas de identificação, registo e recuperação da informação arqueológica (prospecção e escavação), das técnicas de conservação dos materiais (trabalho de laboratório) e das técnicas e procedimentos de datação dos artefactos e respectivos contextos.

#### **5. Produção de conhecimento e competências de aplicação.**

- a. Experiência limitada de produção de conhecimento histórico, incluindo conhecimentos gerais sobre os principais tipos de fontes conservadas e capacidade de apresentar, de forma escrita e oral, os resultados de uma pesquisa.

- b. Capacidade realizar operações fundamentais na produção de conhecimento arqueológico como plantas arqueológicas, cortes estratigráficos, desenho técnico, bases de dados arqueológicos.
  - c. Capacidade de participar em projectos de levantamento, inventariação, defesa, exploração e usufruto dos bens artísticos e/ou patrimoniais.
- 6. Percepção da função social do conhecimento do passado em contextos diferenciados**
- a. Conhecimento das raízes históricas das grandes questões do presente, através da prática de reflexão sobre a dimensão histórica de questões actuais.
  - b. Percepção da importância do conhecimento do passado, nas suas múltiplas formas, para o desenvolvimento da consciência cívica relativa à salvaguarda e protecção dos testemunhos do passado enquanto memória e recurso não renovável.
  - c. Conhecimento do enquadramento legal patrimonial do país, das convenções patrimoniais subscritas por Portugal e das instituições e entidades nacionais, europeias e mundiais relevantes na área patrimonial.
  - d. Perspectiva alargada dos contextos de produção, transmissão, transformação e destruição do património.
  - e. Capacidade de apuramento do carácter estético da obra de arte como aferidor do nível artístico da produção presente.
  - f. Capacidade de promover a reflexão e difusão das problemáticas relativas à História e ao património na sociedade, em especial junto dos media, empresas, autarquias e outros organismos relevantes.

### **3.2.2. Competências genéricas comuns ao primeiro ciclo em Ciências Históricas.**

Entendemos que o potencial formativo do primeiro ciclo só se realiza plenamente quando as competências específicas acima referidas são combinadas com competências genéricas, instrumentais e interpessoais, convergindo no perfil definido para o primeiro ciclo.

A promoção de competências genéricas deve resultar de estratégias de ensino/aprendizagem próprias, incluindo a avaliação do desempenho dos estudantes nessa área.

O projecto *Tuning Educational Structures in Europe* fornece listas de competências genéricas de referência e resultados de consultas a graduados e empregadores que, sendo importantes pontos de referência, não dispensam reflexão e estudo adicionais a nível nacional.

Recomenda-se que os novos curricula identifiquem, em função do perfil desejado, as competências genéricas mais relevantes e as respectivas formas de promoção e desenvolvimento. Uma enumeração exemplificativa, coerente com o perfil definido acima, é a seguinte:

1. Capacidade de análise e síntese.
2. Capacidade de lidar com informação complexa e contraditória.
3. Qualidade de expressão oral e escrita.

4. Familiaridade com novas tecnologias.
5. Planeamento e gestão de projectos.
6. Capacidade de trabalhar em grupo
7. Espírito de iniciativa e preocupação com qualidade.

#### **4. Cursos complementares: perfil genérico e competências tipo.**

##### **4.1. Perfil genérico.**

Os cursos complementares de formação fornecem competências específicas e genéricas adicionais que se centram na especialização, aplicação, disseminação e desenvolvimento dos conhecimentos e competências próprios das Ciências Históricas, ora na convergência interdisciplinar com outras áreas do saber, ora permitindo o exercício profissional concreto. Os cursos complementares correspondem a áreas de especialização possível a partir de uma formação matricial de 1º ciclo em Ciências Históricas e visam habilitar para o exercício profissional concreto.

Um detentor de um diploma de formação complementar na área de Ciências Históricas possui as seguintes capacidades:

1. Capacidade de realizar, autonomamente, trabalhos que envolvam a aplicação concreta dos conhecimentos adquiridos no primeiro ciclo, através da sua tradução em serviços, produtos e eventos socialmente relevantes.
2. Conhecimentos especializados num determinado domínio do conhecimento ou área de aplicação que lhe permitem lidar com segurança com problemas específicos e participar em projectos especializados.
3. Domínio de competências genéricas adquiridas em situações práticas de média complexidade, nomeadamente nas vertentes de produção escrita, apresentação oral, trabalho de equipa e gestão de informação multifacetada, capacitando-o para a integração eficaz em processos organizacionais não triviais dentro da área de especialização respectiva.

##### **4.2. Competências tipo.**

A especificação de cursos complementares deve individualizar as competências específicas e genéricas relevantes na respectiva área de especialização e que em conjunto produzem um perfil apropriado para o exercício profissional. Quatro tipos de competências devem ser detalhadas:

1. Conhecimentos especializados que aprofundam ou alargam os conhecimentos adquiridos no primeiro ciclo.
2. Conhecimentos catalizadores, oriundos de áreas exteriores às Ciências Históricas, e que fornecem um perfil profissional específico quando integrados com os conhecimentos disciplinares.
3. Competências práticas adquiridas pelo exercício de tarefas ou projectos de média complexidade.
4. Competências genéricas adicionais.

## **5. Cursos de segundo ciclo: perfil genérico e competências tipo.**

### **5.1. Perfil genérico.**

Os cursos de segundo ciclo podem incorporar, no primeiro ano, cursos complementares como os acima definidos, cujo perfil incorporam e estendem. O segundo ciclo fornece um grau mais elevado de profissionalização, especialização e interdisciplinaridade relativamente ao primeiro ciclo. A especificação dos cursos de segundo ciclo deve produzir um perfil que detalha o seguinte perfil genérico:

1. Capacidade de criar, planificar, gerir e executar tarefas complexas, com elevado grau de responsabilidade e autonomia, embora em grau inferior à de graduados de 3º ciclo.
2. Capacidade de sintetizar o estado dos conhecimentos sobre uma questão relevante dentro das Ciências Históricas e fazer um contributo, baseado em investigação, para o conhecimento do passado.
3. Conhecimentos específicos, amplos, detalhados e actualizados sobre um tema, área, período, ou sobre um campo concreto de aplicação social do conhecimento do passado.
4. Grau elevado de especialização e competências genéricas avançadas relevantes para o desempenho de elevado nível no âmbito da investigação, gestão de projectos e processos e exercício de responsabilidade profissional.

### **5.2. Competências tipo**

A especificação dos cursos de segundo ciclo deve individualizar as competências específicas e genéricas relevantes na respectiva área especialização.

1. Conhecimentos especializados que aprofundam ou alargam os conhecimentos adquiridos no primeiro ciclo.
2. Conhecimentos catalizadores, oriundos de áreas exteriores às Ciências Históricas, e que fornecem um perfil profissional específico ou o domínio acrescido de uma questão científica, quando integrados com os conhecimentos disciplinares.
3. Competências de execução, planificação, organização e gestão de informação complexa e contraditória adquiridos na realização de um trabalho significativo como uma tese ou um projecto, ou no exercício concreto de actividade profissional em situação de estágio.
4. Competências genéricas adicionais.

## **6. Áreas de especialização para os cursos complementares e de segundo ciclo.**

Exemplos de áreas de especialização de cursos complementares e de segundo ciclo: investigação histórica, arqueologia, museologia, gestão patrimonial (vocacionada para estruturas estatais ou empresas privadas), assessoria de equipas de gestão territorial e de planeamento urbano, assessoria cultural em empresas, actividade cultural autárquica, gestão de colecções, dinamização cultural, programação cultural, turismo histórico/cultural, produção de conteúdos para novas tecnologias, conservação e restauro, especialização em investigação histórica de períodos, correntes de pensamento ou outros aspectos específicos da realidade histórica.

## 7. Recomendações.

Este documento fornece um conjunto de orientações gerais e modelos de perfis e competências que terão de ser traduzidos em planos curriculares, estratégias de ensino/aprendizagem, metodologias de avaliação de estudantes e processos de desenvolvimento de qualidade.

Os perfis e elencos de competências aqui referidos devem ser tomados como quadros de referência gerais perante os quais os novos *curricula* se devem posicionar, encontrando soluções específicas que melhor correspondam à visão, especificidade e recursos de cada instituição.

O sucesso desta abordagem, ou de qualquer outra que se possa definir, depende de forma essencial da capacidade de estabelecer pontes com todos os parceiros envolvidos na produção, difusão, consumo e desenvolvimento do conhecimento do passado.

Recomenda-se, por isso, que as instituições de ensino superior com actividade sustentada nesta área instituem mecanismos regulares de comunicação entre si e com parceiros exteriores, incluindo o Estado, de forma a promover um equilíbrio eficaz entre harmonização e diferenciação da oferta de ensino superior, entre relevância social e mercado de trabalho.

Recomenda-se, também, que os mecanismos de acreditação ou desenvolvimento de qualidade do Ensino Superior desencadeiem processos articulados e regulares de revisão e explicitação dos quadros gerais aqui definidos, com metodologias internacionalmente reconhecidas, como as desenvolvidas pelo projecto *Tuning Educational Structures in Europe*, a experiência acumulada em redes temática europeias como a *CLIONet* e com a participação central de académicos e parceiros, incluindo representantes de entidades empregadoras e graduados dos últimos anos.

No que toca às designações a atribuir no nosso país, aos graduados nos diferentes ciclos, consideramos que o perfil e competências definidas neste documento para o primeiro ciclo não correspondem aos perfis e competências tradicionalmente associados ao grau de licenciatura, pelo que recomendamos que seja outra a designação adoptada para o primeiro ciclo de formação.

Os perfis e competências aqui definidos implicam estratégias de ensino e aprendizagem centrados na promoção e acompanhamento de actividade autónoma e prática dos estudantes, no que normalmente se designa por regimes tutoriais, essenciais numa formação que valoriza competências genéricas e preparação para funções socialmente relevantes. Esta nova abordagem corresponde a uma radical mas incontornável modificação da natureza das relações professor/estudante, que constitui a dimensão substantiva mais importante das reformas iniciadas com o processo de Bolonha. Nesse sentido é imprescindível uma revisão drástica da definição das relações numéricas entre corpo docente e discente actualmente em vigor, na certeza de que, na sociedade baseada no conhecimento que emerge no mundo globalizado de hoje, as distinções tradicionalmente consagradas entre áreas disciplinares perdem muito do seu significado e constituem mesmo um entrave à realização plena das necessidades sociais do futuro em matéria de formação avançada.

Joaquim Ramos de Carvalho,  
Universidade de Coimbra